

O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai

LESLIE BETHELL

EM *THE AGE OF CAPITAL, 1848-1875*, Hobsbawn (1975) descreveu a década de 1860 como “sob qualquer ponto de vista ... uma década de sangue”. O que ele tinha em mente no falar assim eram, além das sucessivas guerras civis dos Taiping na China, sobretudo a Guerra Civil dos Estados Unidos (1861-65) e a guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai (1865-70), que testemunharam um tipo de massacre e destruição tão descontrolados que mais podem ser associados ao século XX do que às guerras do século XIX, bem como as guerras até certo ponto menos sangrentas que ocorreram na Europa pela unificação política da Itália e da Alemanha e que culminaram, no final da década, com a Guerra Franco-Prussiana de 1870-71. A Guerra Civil Norte-Americana e a Guerra do Paraguai, segundo ele, faziam, cada uma do seu próprio modo, parte do processo de expansão capitalista global. Encarava a Guerra do Paraguai, por exemplo, como uma das conseqüências da integração da Bacia do Rio da Prata na economia do mundo britânico: “Argentina, Uruguai e Brasil, com seus rostos e suas economias voltados para o Atlântico, forçaram o Paraguai a sair do [seu] estado de auto-suficiência” (1). Frank (1969), em *Capitalism and underdevelopment in Latin America* apresentou interpretação similar do significado da Guerra do Paraguai, mas, no avanço do capitalismo liberal na América Latina, nas décadas de meados do século XIX, havia atribuído um papel mais ativo aos “poderes metropolitanos”, o que, para ele, significava a Grã-Bretanha. Os poderes metropolitanos, segundo o historiador, haviam “ajudado os seus parceiros comerciais latino-americanos mais jovens com armas, bloqueios navais e, quando necessário, intervenção militar e [a] *instigação de guerras*, como a da Tríplice Aliança contra o Paraguai” (grifos do autor) (2).

Durante quase um século, as explicações das causas e origens da Guerra do Paraguai tinham enfatizado as disputas territoriais entre Argentina e Paraguai e entre Brasil e Paraguai, conflitos envolvendo direitos à livre navegação nos rios Paraná e Paraguai; os crescentes interesses do Império Brasileiro (e, mais especificamente, os interesses da província do Rio Grande do Sul) no Uruguai; o desejo da Argentina, sob o governo do presidente Bartolomeu Mitre (1862-68), de consolidar a sua unidade política recém-estabelecida, e as ameaças ao equilíbrio regional do poder colocadas, sobretudo, pela política expansionista do ditador do

Paraguai (desde 1862), Francisco Solano Lopez. Mesmo assim, o relato clássico de Box (1927) em *The origins of the Paraguayan War* (3) não faz sequer menção ao envolvimento britânico na guerra. Entretanto, no final da década de 1960 e na de 1970, o Paraguai era descrito como a vítima da agressão capitalista e imperialista – não só no contexto da literatura em geral, mas também nas monografias mais especializadas sobre o assunto, notadamente a de Pomer (1968), em *La Guerra del Paraguai: gran negocio!* (4); não só pelos historiadores marxistas ou de influência marxista, sob o fascínio da escola da dependência, mas igualmente por historiadores da direita nacionalista e não somente em Londres e em Nova Iorque, como também, e especialmente, na Argentina, Brasil, Uruguai e, naturalmente, no próprio Paraguai. Argentina e Brasil tinham se tornado *Estados-clientes* dependentes, agindo basicamente em prol dos interesses britânicos. A Inglaterra havia se tornado o principal *instigador, financista e beneficiador* da Guerra do Paraguai.

Essa linha de pensamento talvez tenha sido mais abrangentemente sintetizada e apresentada em sua forma mais extrema na tese de doutorado do historiador nicaraguense Fornos Peñalba (1979). Para ele, a Grã-Bretanha era o “quarto aliado indispensável”, de certa forma “o mais implacável de todos os inimigos do século XIX do Paraguai independente” (5). Ao promover, apoiar e, acima de tudo, financiar a guerra de agressão contra Lopez mantida pelas suas *neo-colônias* – Argentina, Uruguai e Brasil –, o objetivo da Inglaterra era não só abrir o Paraguai, a única economia da América Latina a permanecer fechada após a independência, para os produtos manufaturados e para o capital britânico, como também assegurar novas fontes de matérias-primas (sobretudo algodão, tendo em vista a falência dos suprimentos norte-americanos em consequência da Guerra Civil). E mais do que isso, a Inglaterra pretendia destruir de uma vez por todas o que Frank havia chamado de “esforço de desenvolvimento genuinamente independente e autonomamente gerado” sob Dr. Jose Gaspar Rodriguez de Francia (1811-40) e seu sucessor, Carlos Antonio Lopez (1840-62), porque oferecia para a América Latina um modelo alternativo político, econômico e ideológico *nacionalista*, em lugar do modelo capitalista liberal do *laissez-faire* imposto pela Grã-Bretanha visando aos seus próprios interesses. As “maquinações imperialistas da Inglaterra”, concluiu Fornos Peñalba, em muito contribuíram para “eliminar uma das nações mais promissoras e progressistas da América Latina no século XIX”.

Era, sem dúvida, uma argumentação interessante e intelectualmente estimulante. Infelizmente há pouca senão nenhuma evidência empírica capaz de sustentá-la – pelo menos de acordo com a análise mais recente e detalhada das relações da Inglaterra com o Paraguai no século XIX, com base em fontes oficiais britânicas, feita pelo historiador inglês Tale (1979), em *Britain and Latin America in the 19th century: the case of Paraguay, 1811-70* (6) e, segundo estudo ainda mais recente sobre o papel britânico na guerra, igualmente baseado em fontes inglesas, desenvolvido pelos historiadores paraguaios Krauer & Herken (1983), *Gran*

Bretana y la Guerra de la Triple Alianza (7). O estudo atual mais abrangente sobre as relações britânicas com a América Latina, realizado por Miller (1993) e intitulado *Britain and Latin America in the 19th and 20th centuries* (8), poder-se-ia dizer, contém apenas meia dúzia de leves referências ao Paraguai e a própria Guerra do Paraguai é tratada sumariamente em uma página. Um dos estudos modernos mais completo sobre o imperialismo britânico, feito por Cain & Hopkins (1993), *British Imperialism*, mesmo que, de forma bastante incomum, incluía em seus dois volumes importantes capítulos sobre a América do Sul (embora, curiosamente, não sobre a América Latina), não contém uma única referência ao Paraguai nem à Guerra do Paraguai .

* * * * *

Começarei a minha exposição sobre o imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai com alguns comentários de caráter genérico sobre as relações da Grã-Bretanha com a América Latina do século XIX, visando a demonstrar que, se de fato a Grã-Bretanha tivesse sido a maior força por detrás da guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, ela estaria adotando política e comportamento totalmente incompatíveis com as políticas e os comportamentos que regiam as suas relações com a América Latina como um todo, naquela época (10).

Por mais de um século – desde as guerras napoleônicas e, mais especificamente, desde os eventos dramáticos de 1807-1808 ocorridos na Península Ibérica e que acabaram por causar a dissolução dos impérios americanos na Espanha e em Portugal, até a deflagração da Primeira Guerra Mundial em 1914 – a Grã-Bretanha era o agente externo dominante nas questões econômicas e, em escala menor, nas questões políticas da América Latina. O século XIX foi para a América Latina o *século inglês*. E não é difícil se explicar esse fato. Em primeiro lugar, a Inglaterra tinha estado *presente no momento da criação*. Os fundamentos da supremacia política, comercial e financeira inglesa tinham sido firmemente lançados por ocasião da formação dos Estados independentes latino-americanos, durante as segunda e terceira décadas do século XIX. Em segundo lugar, de 1815 até 1860 ou 1870, a Grã-Bretanha exercia hegemonia global nunca desafiada e, até 1914, supremacia global um pouco menos intensa. A marinha inglesa governava os mares. Em terceiro lugar, e mais importante que tudo, a Inglaterra, a *primeira nação industrial*, a *oficina do mundo*, fornecia a maior parte dos bens manufaturados e de capital para a América Latina. A cidade de Londres, principal fonte de capital do mundo, era responsável pela maioria dos empréstimos concedidos aos novos governos da América Latina e pela maior parte do capital investido na infra-estrutura (sobretudo estradas de ferro), agricultura e mineração da América Latina. A Grã-Bretanha possuía mais da metade de toda a frota mercante do mundo e eram os navios britânicos que levavam a massa dos produtos exportados da América Latina para os mercados mundiais. A própria Inglaterra era um dos

mais importantes mercados para os artigos alimentícios e matéria-prima latino-americanos. Em resumo, ao longo de todo o século XIX a Inglaterra era o principal parceiro comercial, o principal investidor e o principal detentor do débito público da América Latina.

Embora relativamente estivesse sempre na periferia das questões mundiais, a América Latina nunca ficou totalmente distante da rivalidade das Grandes Potências. A supremacia política e econômica da Grã-Bretanha foi desafiada – de maneira bastante freqüente e consistente pelos Estados Unidos, sobretudo no México, América Central e Caribe, e, nas três décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial, pela Alemanha – mas nunca chegou a ser seriamente ameaçada. Não havia luta *acirrada*, nem questão de partilha envolvendo a América Latina. Por outro lado, a não ser por sua tentativa tanto de libertar quanto de conquistar a América Espanhola, através de uma invasão do rio da Prata em 1806-1807 (que foi, pelo menos no seu começo, totalmente não-autorizada e que, de qualquer maneira, só durou cerca de um ano) (11); por suas atividades nas ilhas da baía, ao largo do litoral norte de Honduras, e na costa dos Mosquitos, no litoral caribenho de Honduras e da Nicarágua em meados do século XIX, a Inglaterra nunca se mostrou propensa a assumir as obrigações políticas e militares de um império na América Latina. Como resultado, a América Latina foi a única área do globo a permanecer em grande parte livre do império no final do século (12).

Mas será que os estados soberanos da América Latina, no século XIX, de alguma maneira, faziam parte de um império britânico *informal*? A idéia de que, em qualquer discussão envolvendo imperialismo, é importante fazer uma distinção entre império *formal* – no qual determinado território passou para o controle político e legal-constitucional do poder imperial – e outras formas de subordinação e controle político indireto constitui uma longa estória. Lenin, por exemplo, em 1916, descreveu a Pérsia, a China e a Turquia como “países semicoloniais”. O termo *império informal* foi aparentemente inventado por Fay (1934), em seu *Imperial economy and its place in the foundations of economic doctrine, 1600-1932* (13) e utilizado pela primeira vez com relação à América Latina em um artigo pioneiro, *Britain's informal empire in Argentina, 1806-1914*, escrito por Ferns em 1953 (14). Recebeu grande destaque em outro artigo muito famoso, *The imperialism of free trade*, de autoria de Gallagher & Robinson, publicado no mesmo ano (15). O conceito tem tido vida longa e interessante, mas sempre foi alvo de críticas que alegam ser ele analiticamente impreciso e quase sempre vulnerável a uma pesquisa empírica especializada. O historiador britânico Platt e seus colaboradores mostraram-se particularmente determinados (embora não totalmente convincentes) nos seus esforços de miná-lo e desacreditá-lo totalmente. Em algum momento na década de 1970, a situação, já bastante confusa, ficou ainda mais complicada com a introdução da teoria da dependência no debate sobre o império informal. É claro que havia um desequilíbrio de poderes, econômicos e políticos, entre a

Inglaterra e a América Latina. Era a Inglaterra, e não a América Latina, que determinava as regras que regiam as relações econômicas internacionais no século XIX. É evidente que a Inglaterra era mais importante que a América Latina. Esta, pode-se muito bem dizer, dependia dos empréstimos, investimentos, conhecimentos técnicos, importações de produtos manufaturados, sobretudo dos bens de capital, transporte marítimo e, em escala menor, dos mercados britânicos. Talvez até a dependência da América Latina face à Grã-Bretanha tenha, pelo menos, reforçado, senão de fato gerado, as restrições estruturais impostas ao desenvolvimento latino-americano (principalmente na área industrial). Por fim, as vantagens desse relacionamento entre a Grã-Bretanha e a América Latina eram, sem sombra de dúvida, desiguais, embora se deva lembrar sempre que pelo menos as elites políticas e econômicas latino-americanas (*elites colaboracionistas*, se assim o quiserem) no seu todo acolhiam com prazer a *penetração* econômica britânica e buscavam de maneira bastante entusiástica seguir o *modelo* da modernização capitalista através de empréstimos externos, investimentos estrangeiros diretos, crescimento lastreado em exportações, livre comércio e integração nos mercados mundiais.

Mas será que um tal tipo de relacionamento por si só justifica o conceito de *império informal*? E será que a Grã-Bretanha praticava uma política de *imperialismo informal*, ou seja, que procurava ativamente incorporar os Estados formalmente independentes da América Latina ao seu *império informal*? Certamente tem de haver algum exercício de poder consistente, mesmo que indiretamente, de um Estado sobre a política externa, a política interna, a economia interna, etc., de um outro Estado *independente* tão forte que seja capaz de coagir este último a fazer que, sem essa pressão, ele absolutamente não faria, para que possamos falar realmente de *império informal*.

No que diz respeito à Grã-Bretanha e à América Latina, a Grã-Bretanha promoveu e defendeu os seus interesses a partir da sua posição de força relativa. Boa dose de *quebra-de-braço* ocorreu por detrás dos palcos; diplomatas isolados no local da ação muitas vezes tendiam a agir de modo *imperialista* arrogante (mesmo porque estavam efetivamente de três a seis meses de distância do Ministério das Relações Exteriores); medidas coercivas – sobretudo demonstrações navais – foram tomadas para proteger as vidas, as liberdades e as propriedades dos cidadãos britânicos ou para preservar o comércio existente, de *bases justas e iguais*, que favoreciam a nação; e, em algumas ocasiões – notadamente no bloqueio anglo-francês do rio da Prata em meados da década de 1840, na intervenção anglo-francesa-espanhola no México em 1861, e no bloqueio anglo-germânico-italiano da Venezuela em 1902-1903 – a Grã-Bretanha (com outros poderes) recorreu à diplomacia canhoneira para o fomento do comércio ou para o recebimento de débitos. De modo geral, entretanto, considerando-se o tamanho da superioridade econômica britânica – e a esmagadora supremacia naval da Ingla-

terra – os governos britânicos muito freqüentemente exerciam certo grau de controle e, especialmente no período após 1870, evitavam ao máximo envolver-se em algum tipo de interferência direta que pudesse resultar algum tipo de intervenção nos assuntos internos dos Estados soberanos latino-americanos.

* * * * *

Agora dirigiremos a nossa atenção para as relações políticas e econômicas existentes entre Grã-Bretanha e Brasil e Grã-Bretanha e repúblicas do Prata, incluindo o Paraguai, no período anterior a 1870 e, sobretudo, no período que levou à Guerra do Paraguai.

Durante a metade do século que vai da independência à Guerra do Paraguai, o interesse britânico na América Latina era quase que exclusivamente comercial. Bem no início, por volta da década de 1820, havia consideráveis comunidades britânicas em todas as principais cidades litorâneas da América Latina, incluindo Rio de Janeiro, Montevideu e Buenos Aires. À frente dessas comunidades, juntamente com os diplomatas britânicos, estavam os representantes – alguns de passagem, outros tornando-se residentes permanentes – de mais de 200 estabelecimentos comerciais de Londres e Liverpool. Mais da metade desses estabelecimentos situavam-se no Rio de Janeiro e um terço deles em Buenos Aires e Montevideu. O estabelecimento comercial predominante dos negócios britânicos na América Latina no século XIX existia principalmente, é claro, para importar e distribuir os artigos ingleses: sobretudo têxteis (algodões, tecidos de lã, roupa de cama e mesa etc.), bem como outros bens de consumo manufaturados (utensílios de ferro, artigos de cutelaria, porcelana, vidro, pianos, mobília, chapéus, meias, entre outros) e alguns bens de capital e matérias-primas, especialmente carvão. Na década de 1840, por exemplo, o Brasil recebia metade das suas importações da Grã-Bretanha, que totalizavam de dois a três milhões de libras por ano, o que fazia do Brasil o terceiro maior mercado da Grã-Bretanha, logo atrás dos Estados Unidos e da Alemanha. Por volta do início da década de 1870, um total de 25 milhões de libras em mercadorias (10% do total das exportações britânicas) era importado anualmente pela América Latina. Essa proporção era maior do que para qualquer outro continente ou qualquer outro país membro do Império, à exceção da Índia. Um terço dessas exportações iam para o Brasil; entre um quarto ou um quinto para a Argentina. Ao mesmo tempo, os estabelecimentos comerciais britânicos exportavam muitos produtos primários locais, incluindo o café brasileiro (embora o principal mercado para o produto fosse representado pelos Estados Unidos), o couro e a lã argentinos. Contudo, de modo geral, grande parte das exportações da América Latina caíram em estagnação durante o segundo quartel e, com menor intensidade, no terceiro quartel do século XIX, o que produziu um desequilíbrio de mercado no comércio.

Nem os britânicos, nem outros estrangeiros investiram (exceto, até certo ponto, no Brasil) em grande escala na América Latina durante várias décadas após os fracassos financeiro e econômico da década de 1820. Vários empréstimos aos novos Estados latino-americanos, incluindo Brasil e Argentina, muitos que excediam a um milhão de libras, tinham invadido o mercado de capitais de Londres durante os anos de 1822-25. Por volta de 1828, todos os Estados, à exceção do Brasil, tinham atrasado pelo menos no pagamento dos juros desses empréstimos, gerando uma legião de comitês de acionistas britânicos ansiosos e seriamente zangados. Durante o período que se seguiu à independência, os empréstimos continuaram a ser concedidos apenas ao Brasil. Os grandes estabelecimentos comerciais britânicos investiam modestamente em comércio interno, terras, processamento de alimentos e até mineração, apesar de prestarem valiosos serviços financeiros aos britânicos e clientes locais.

Somente em fins da década de 1850 e na de 1860 é que houve retomada dos empréstimos estrangeiros. Uma ligação financeira significativa foi mais uma vez restabelecida entre as repúblicas da América Espanhola e a cidade de Londres. Baring, por exemplo, emitiu empréstimos de 1,5 milhões de libras para o Chile em 1858, um milhão de libras para a Venezuela em 1862 e, para a Argentina, 1,25 milhões de libras em 1866 e 1,95 milhões de libras em 1868 – para ajudar a financiar a guerra com o Paraguai. Brasil e Peru eram, entretanto, os principais captadores de empréstimos, responsáveis por cerca de pelo menos 50% do total dos investimentos britânicos em títulos e ações na América Latina antes do *boom* dos investimentos nas décadas de 1870 e 1880. Rothschilds, agentes exclusivos junto ao governo brasileiro, emitiram para o Brasil, na década de 1850, cinco empréstimos que iam de meio milhão a dois milhões de libras; dois empréstimos em 1863, que totalizavam 3,8 milhões de libras; e um de sete milhões de libras em 1865 – este último muito provavelmente para financiar a guerra com o Paraguai (voltaremos a falar sobre a questão dos empréstimos para a Argentina e o Brasil imediatamente antes e durante a Guerra do Paraguai mais adiante). Enquanto isso, as primeiras empresas de capital conjunto, um novo conceito de negócios com sede na metrópole, começaram a investir em estradas de ferro no Brasil, na Argentina e em outros locais; em utilidades públicas (por exemplo, companhias de gás em todas as principais cidades do Brasil); em terras, na Argentina e no Uruguai; e nos primeiros bancos comerciais britânicos – incluindo London and Brazilian Bank (1862), London and River Plate Bank (1863) e London Bank of Mexico and South America (1863-64), que surgiram em cena com seus negócios se expandindo rapidamente. Por volta de 1865, 80 milhões de libras e, em 1875, 175 milhões de libras foram investidos na América Latina (em sua maioria, no Brasil e na Argentina), o equivalente a 10% do total dos investimentos britânicos no exterior, em grande parte constituídos por títulos do governo e, em menor escala, em estradas de ferro e serviços públicos.

Nos cinquenta anos que se seguiram à independência da Espanha e de Portugal, à medida em que os laços comerciais e financeiros com a Grã-Bretanha se consolidaram, a Argentina e o Brasil tiveram de suportar a sua cota de despotismo e arrogância por parte de diplomatas ingleses *palmerstonianos*, querendo lhes ensinar a administrar as suas próprias questões nacionais. Foram também vítimas dos dois mais gigantescos exemplos da diplomacia canhoneira exercida pela Grã-Bretanha na América Latina nesse período: o bloqueio naval do rio da Prata pela Marinha Real em meados da década de 1840 (contra Rosas e em nome do livre comércio), que foi mal-planejado, dispendioso e, em última análise, infrutífero (16); e as atividades da Marinha Real dentro das águas territoriais brasileiras em 1850 (contra os navios-negreiros e aqueles que os protegem), que acabaram levando ao fim, coroada de êxito, a longa campanha britânica pela abolição da escravatura no Brasil (17). Contudo, não há evidências de que o grau de controle exercido pela Inglaterra sobre a Argentina e/ou o Brasil no início da década de 1860 fosse capaz de manipular os dois países, levando-os a uma guerra contra o Paraguai, assim como não há qualquer evidência de que a Inglaterra quisesse exercer esse tipo de poder visando a alcançar tal objetivo específico (18).

Durante os 40 anos após o fracasso de John e William Parish Robertson, jovens comerciantes escoceses, ao se estabelecerem no recém-independente Paraguai e de sua expulsão em 1815, o Paraguai era visto pelo governo da Grã-Bretanha e pela grande maioria dos cidadãos britânicos como um país retrógrado, isolado e longínquo, do qual se sabia muito pouco e pelo qual se tinha apenas interesse secundário (19). Havia aqueles, inclusive dentro da própria comunidade de comerciantes britânicos em Buenos Aires, que acreditavam que o Paraguai era uma *China americana* de enorme potencial como mercado para os produtos manufaturados ingleses e como fonte de matérias-primas; mas o fato é que eram minoria, com quase nenhuma influência sobre a política britânica. Assim, seu ponto de vista era muito pouco digno de crédito. A Grã-Bretanha tinha interesse em estabelecer relações comerciais não só com Buenos Aires e sua província, mas também com todas as províncias do interior da Argentina (e, portanto, tinha particular interesse na unidade política do país e no sucesso de uma Confederação Argentina). Tinha também grande interesse na manutenção da livre navegação nos principais rios da região. Mas o que por vezes se chamava de *interior continental* (ou seja, o Paraguai), sobre o qual a Argentina ainda reclamava soberania, e as possibilidades de comércio com o Alto Paraguai eram totalmente ignorados. O comércio entre o Paraguai e a Grã-Bretanha permaneceu insignificante durante todo o período.

Foi somente em meados da década de 50 – depois que a Confederação da Argentina finalmente reconheceu o Paraguai (40 anos após sua separação da Espanha) e concedeu-lhe o direito de livre navegação pelo Paraná – e depois da

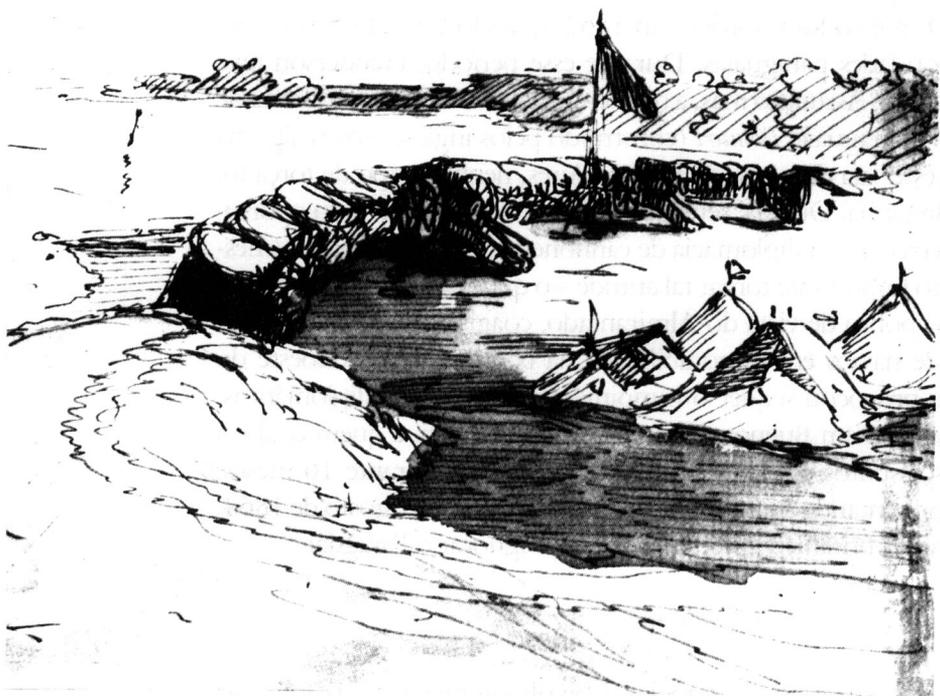
assinatura de um tratado anglo-paraguaio de comércio e navegação (em março de 1853) que o comércio exterior do Paraguai começou a se desenvolver. As exportações multiplicaram-se duas vezes e meia na segunda metade da década, muito embora nenhum dos principais produtos de exportação do Paraguai (erva-mate e tabaco) tenha sido enviado para a Grã-Bretanha em quantidade que se pudesse considerar significativa. As importações duplicaram nesse período. E foi aí que os britânicos tiveram um papel importante. Os estabelecimentos comerciais de Buenos Aires, dentre os quais os britânicos eram de longe os mais importantes de todos os estabelecimentos estrangeiros, e três casas comerciais britânicas estabelecidas em Assunção começaram a importar produtos têxteis da Grã-Bretanha (sobretudo tecidos de algodão) e artigos de ferro, utensílios, artigos de couro, porcelana etc. O Paraguai passou a ter uma economia mais aberta e a se envolver, mais do que se costuma supor, com um *crecimiento hacia afuera* na década de 1850.

O governo de Carlos Antonio Lopez controlava metade do território paraguaio e exercia um monopólio sobre o cultivo e as exportações de erva-mate e, em menor escala, sobre o couro e a madeira. Ele não precisava recorrer ao mercado financeiro de Londres para obter fundos (pelo que, mais tarde, foi muito elogiado pelos historiadores *dependencistas* das décadas de 1960 e 1970). Contudo, tanto para o seu programa de *modernização interna* (com ênfase na indústria e na infra-estrutura) quanto para o de defesa mais efetiva contra o que ele encarava como vizinhos predadores, o governo paraguaio voltou-se para os seus agentes em Londres – J. e A. Blyth de Limehouse – em busca de fornecimento de equipamentos industriais e militares (ferro gusa, materiais para a construção de estradas de ferro, armas e munição e, até mesmo, um ou dois navios de guerra movidos a vapor). Também contratou técnicos estrangeiros escolhidos a dedo, sobretudo da Inglaterra. Em seu interessante livro *The British in Paraguay 1850-70*, Josefina Pla (1976) calculou que viviam no Paraguai, no período que antecedeu à guerra, 200 súditos britânicos, excluindo-se mulheres e crianças, a maioria dos quais mediante contrato assinado com o governo, congregando engenheiros empregados no estaleiro, no arsenal em Assunção, na fundição de ferro em Ibicui – construindo ferrovias e o telégrafo – ou nas unidades médicas do exército. O engenheiro chefe do Paraguai a, partir de 1855, era o inglês William E. Whytehead (20).

Os principais obstáculos à maior abertura da economia paraguaia eram, muito provavelmente, nem tanto as políticas econômicas do governo do Paraguai (embora houvesse constantes queixas vindas de comerciantes estrangeiros sobre sua interferência arbitrária nas questões econômicas), tais como falta de exportações para um mercado internacional (a tentativa de cultivar algodão fracassou (21)), comunicações deficientes (a viagem de barco a vela de Buenos Aires a Assunção levava até três meses) e falta de interesse britânico. Um maior desenvolvimento das relações econômicas com o Paraguai simplesmente não constituía



Guerra del Paraguay
 Corazata Rio Janeiro sul momento
 di affondarsi, dietro l'esplosione
 di una macchina infernale -
 nel Pajazzo di Curuzú -
 S. L. 1886 N. 71
 N. 13/ dello Buzatto è su
 il terreno visto, ed è degli
 punti del 2o Comandante di
 della Corazata - l'amis mio
 Signor Mello -



Afundamento do Encouraçado Rio de Janeiro na passagem de Curuzú, em 1886, do artista italiano Eduardo de Martino

prioridade para o governo britânico ou para os industriais e comerciantes ingleses, nem para a *City* (Londres). O único esforço de se assegurar um tratado comercial mais liberal do que o de 1853 e o direito à navegação no Alto Paraguai, que ainda era negado aos navios britânicos – foi feito por William Christie, o ministro britânico em Buenos Aires, em 1858 –, não recebeu autorização oficial e fracassou. Não parece haver qualquer evidência de um interesse crescente da Inglaterra pelo Paraguai, nem como mercado nem como fonte de matéria-prima. Com relação ao algodão (o *ouro branco*), pelo qual tanta coisa foi feita, o historiador paraguaio Diego Abente demonstrou como a Grã-Bretanha já tinha localizado fontes alternativas para os Estados Unidos – Índias Ocidentais, Egito e Brasil – antes da Guerra do Paraguai (22). Certamente não há qualquer evidência de que o *modelo* econômico paraguaio (modificado por Carlos Antonio Lopez na década de 1850) era incompatível com os interesses britânicos. Tampouco havia qualquer projeto para *forçar* o Paraguai (23) a estabelecer elos econômicos mais estreitos com a Grã-Bretanha e a economia mundial.

Charles Henderson, que assumiu a sua missão como o primeiro cônsul britânico no Paraguai em 1854, agia, como todos os seus demais colegas em toda a América Latina, sob instruções de não se envolver e muito menos interferir nas questões internas do país para o qual fosse designado. Tinha instruções específicas de desencorajar o Paraguai de buscar apoio da Inglaterra nas suas questões com o Brasil e a Argentina. Ele deveria se restringir à proteção das vidas e das propriedades dos cidadãos britânicos. O caso mais sério com o qual Henderson teve que lidar foi o originado pela detenção e prisão em 1859 de Santiago Canstatt, um súdito britânico nascido no Uruguai. O caso só foi resolvido em 1862, quando Canstatt finalmente foi libertado pelas autoridades paraguaias. Durante esse período, Henderson teve que, na verdade, se retirar de Assunção mas, a não ser por uma tentativa fracassada de tomar o navio de guerra paraguaio *Tucuari* (construído pelos ingleses) com alguma troca de tiros, quando este saía do porto de Buenos Aires, nenhum tipo de força foi empregado pela Grã-Bretanha. Ou seja, sempre que havia algum motivo ou oportunidade, a Inglaterra não recorria à diplomacia de canhoneira contra o Paraguai (mesmo que se achasse muito importante tomar tal atitude – o que absolutamente não era – seria muito difícil, do ponto de vista do Almirantado, coagir o Paraguai com um número tão limitado de navios em disponibilidade na base naval do sudoeste do Atlântico). O caso não provocou sequer o rompimento das relações diplomáticas, embora o ministro britânico em Buenos Aires, Edward Thornton, a quem coube a responsabilidade pelos assuntos do Paraguai, ficasse de licença durante 16 meses, durante 1862-63, só apresentando suas credenciais em Assunção em agosto de 1864. Como de praxe, o governo britânico parecia ansioso por ignorar o Paraguai.

* * * * *

Finalmente, examinemos o interesse, o papel e o envolvimento da Grã-Bretanha na Guerra propriamente dita.

A Grã-Bretanha tinha, ao que parece, muito pouca influência no desenrolar dos eventos que levaram à guerra entre Brasil, Uruguai e Argentina e o Paraguai. Thornton era forte, aberta e de fato notoriamente antiparaguaio, fato que levou a uma série de mal-entendidos. Após a invasão brasileira do Uruguai em setembro de 1864 em resposta ao *ultimatum* de Lopez, Thornton acompanhou os representantes argentinos em reuniões realizadas em Montevideu e disse ao Ministro das Relações Exteriores do Paraguai que todas as nações tinham o direito de exigir reparação por danos causados a seus súditos ou cidadãos, muito embora isso pudesse resultar em uma guerra ou ocupação temporária de territórios. Mas isso era diplomacia privada. O governo britânico não pretendia de modo algum acirrar as disputas existentes no rio da Prata que, se levassem à guerra, só poderiam ameaçar vidas, propriedades e o comércio britânicos. E, apesar dos seus preconceitos e preferências individuais, o próprio Thornton usou a sua influência consistentemente em prol da paz. O exame feito por Tate da correspondência britânica dessa época não revela nenhuma evidência de qualquer desejo de estimular ou promover guerra ou qualquer outra ação que levasse a isso. Tampouco essa guerra, quando começou, foi vista pela Grã-Bretanha com bons olhos.

Particularmente, não só Thornton mas também a maioria das autoridades britânicas apoiavam os Aliados. Eles viam de modo crítico o regime de Lopez; manifestavam um desdém (racista?) pelos paraguaios e, de modo geral, culpavam o Paraguai pela guerra. Para eles, bem como para os brasileiros e argentinos, a guerra representava, em última análise, progresso e civilização contra retrocesso e barbárie. Obviamente, os interesses britânicos eram maiores na Argentina e no Brasil do que no Paraguai. Os bancos e os estabelecimentos comerciais instalados no Rio de Janeiro e em Buenos Aires naturalmente favoreciam e – com seus empréstimos e uso dos seus navios mercantes para transportar armas, dinheiro, correspondências etc. – apoiavam os Aliados. Os fabricantes ingleses vendiam navios couraçados, barras de ferro, tubulações e chapas para a construção de navios de guerra, embarcações a vapor, peças de artilharia e munição para os beligerantes, ou seja, na prática, para o Brasil e a Argentina, visto que o Paraguai logo ficou sob o bloqueio brasileiro (24). Mas isso era uma questão de negócios, uma oportunidade para os interesses privados na Grã-Bretanha, bem como na França e na Bélgica; tudo era uma questão de tirar o melhor partido de uma guerra. Não há evidências de que a Grã-Bretanha tenha se empenhado ativa e entusiasticamente na derrota do Paraguai. A Inglaterra permaneceu oficialmente neutra na guerra (na realidade, um único ato de partidarismo – a divulgação, pelo governo britânico, do texto do tratado secreto de 1 de maio de 1865 para o desmembramento do Paraguai, feita em 1866 – pode ser encarado como hostil para com os Aliados).

A Grã-Bretanha se ateve em assegurar que, à medida do possível, os rios Paraná e Uruguai permanecessem abertos para os navios mercantes ingleses (no rio

Paraguai o número de navios era muito pequeno para que suscitasse muita preocupação), ao mesmo tempo respeitando os bloqueios à medida em que fossem eficazes (muitas vezes em prejuízo dos interesses britânicos). É verdade que a Grã-Bretanha praticamente não fez qualquer tentativa de mediação. Mas também é verdade que nem o Paraguai nem os Aliados estavam muito interessados nisso. E, assim, eis a Grã-Bretanha enfrentando a sua própria questão com o Paraguai, envolvendo a recusa deste em libertar os súditos britânicos retidos contra a sua vontade (principalmente porque eles eram tão essenciais à manutenção do esforço de guerra do Paraguai). Em três ocasiões os navios de guerra britânicos passaram pelo bloqueio brasileiro numa tentativa de resgatar os cidadãos britânicos aprisionados (25). Mas não houve qualquer grande demonstração de força e nenhuma intervenção. Nunca houve nem mesmo a mais tênue possibilidade de a Grã-Bretanha ser envolvida na Guerra do Paraguai.

Isto nos traz finalmente à questão dos empréstimos britânicos. Fornos Peñalba cita Napoleão ao dizer: “Para se ganhar uma guerra três coisas são necessárias – dinheiro, mais dinheiro e mais dinheiro ainda”. A *máquina de guerra* dos exércitos aliados (26) era “lubrificada pelos vultuosos empréstimos britânicos e outros tipos de ajuda dados aos Aliados antes e durante a Guerra”. Ele se refere a Rothschilds e Barings como os “melhores generais dos exércitos aliados”... É preciso se pesquisar muito mais sobre os empréstimos britânicos na época da guerra: quanto foi emprestado – e quando? Com que grau de empenho? Com que finalidade específica (até que ponto isso pode ser determinado)? E o quanto esses empréstimos influenciaram dentro do contexto dos gastos gerais efetuados pelo Brasil e pela Argentina na realização da guerra? O empréstimo de sete milhões de libras levantado pelos Rothschilds para o governo brasileiro em 1865 – e usado, como foi sugerido, para comprar navios de guerra –, sobretudo, merece exame mais minucioso.

Não houve mais empréstimos para o Brasil ao longo de toda a guerra. No caso da Argentina, em 1866, Barings ofereceu 1.25 milhões de libras em ações do governo argentino a pessoas físicas e sindicatos; mas, estando Londres em meio a uma grave crise financeira, apenas menos da metade dos títulos foram subscritos. Não havia a menor chance de emitir os empréstimos adicionais de que a Argentina necessitava para os seus esforços de guerra. Somente em junho de 1868 é que 1.95 milhões foram oferecidos em títulos e estes só foram vendidos no ano seguinte – por menos de 75% do seu valor nominal (27). Os investidores britânicos, ao que parece, não estavam tão ansiosos por *faturar* a derrota do Paraguai. E o historiador econômico argentino Carlos Marichal calculou que os empréstimos estrangeiros, principalmente britânicos, representaram apenas 15% e 20% do total dos gastos incorridos pelo Brasil e pela Argentina, respectivamente, na Guerra do Paraguai (28).

Para terminar, dois comentários (ou blocos de comentários) finais. Primei-

ro, se a guerra realmente foi empreendida pela Argentina e pelo Brasil em nome da Grã-Bretanha para destruir o *modelo* econômico paraguaio de desenvolvimento autônomo (ou o que restava dele no início da década de 1860), sem dúvida ela teve o maior êxito. Se foi realizada em prol da incorporação da economia paraguaia dentro da economia capitalista mundial, nitidamente foi um fracasso. Na verdade, ela foi um retrocesso. Dez anos após o fim da guerra, a Inglaterra só tinha uns poucos milhões de libras (1.5 milhões) em investimentos no Paraguai – e a maioria em carteira ao invés de em investimentos diretos. Isso representava menos de 1% dos investimentos britânicos na América Latina. Com relação ao comércio, apenas em 1903 as importações paraguaias, feitas à Grã-Bretanha, alcançaram 100 mil libras, enquanto que as suas exportações apenas ultrapassaram 50 mil libras (29) em 1913. Em segundo lugar, se a Grã-Bretanha de fato se envolveu profundamente na Guerra do Paraguai, como alguns historiadores querem nos fazer acreditar, esse era um segredo mantido a sete chaves na metrópole. Sir Richard Burton, estudioso, diplomata e explorador britânico, autor de *Explorations of the highlands of Brazil*, ao regressar à Inglaterra, vindo do Paraguai no final da guerra, deparou-se em Londres com “rostos absolutamente inexpressivos ao ouvirem mencionar a palavra Paraguai ... e uma confissão generalizada da mais completa ignorância e definitiva total falta de interesse no assunto” (30).

A Grã-Bretanha – e as suas supostas ambições imperialistas – não podem mais ser utilizadas como bode expiatório para a Guerra do Paraguai. A responsabilidade primordial dessa guerra cabe à Argentina, ao Brasil e, em escala menor, ao Uruguai e, naturalmente, ao próprio Paraguai. A Guerra do Paraguai foi uma guerra civil regional, muito embora com uma dimensão internacional muito interessante e digna de nota!

Notas

1 Eric J. Hobsbawn, *The age of capital, 1848-1875*. Londres, 1975, p. 78.

2 Andre Gunder Frank, *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. New York, 1967; edição revista e aumentada, 1969, p. 287.

3 Pelham Horton Box, *The origins of the Paraguayan War*, 2 v. Urbana Illinois, 1927.

4 Leon Pomer, *La Guerra del Paraguai: gran negocio!* Buenos Aires, 1968.

5 Jose Alfredo Fornos Peñalba, *The fourth ally: Great Britain and the War of the Triple Alliance*. Tese de doutorado não publicada. Los Angeles, Universidade da Califórnia, 1979, p. ix-x.

6 E.N. Tale, *Britain and Latin America in the 19th century: the case of Paraguay, 1911-70*. Ibero Amerikanisches Archiv, 1979.

- 7 Juan C. Herken Krauer & Maria Gimenez de Herken, *Gran Bretana y la Guerra de la Triple Alianza*. Assunção, 1983.
- 8 Rory Miller, *Britain and Latin America in the 19th and 20th centuries*. Londres, 1993.
- 9 P.J. Cain & A.G. Hopkins, *Britain Imperialism*: v. I, Innovation and expansion, 1914-90 e v. II, Crisis and deconstruction, 1914-90. Londres, 1993.
- 10 Para maiores esclarecimentos sobre as relações britânicas com a América Latina e fontes que fornecem os números do comércio e dos investimentos britânicos na América Latina dos séculos XIX e XX, consulte Leslie Bethell, *Britain and Latin America in historical perspective*, em Victor Bulmer-Thomas (ed.), *Britain and Latin America: a changing relationship*. Cambridge, Cambridge University Press, em conjunto com Royal Institute of International Affairs, 1989, p. 1-24.
- 11 “Por uma mensagem expressa que acabamos de receber de Portsmouth”, relatou *The Times* em 13 de setembro de 1806, “temos que nos congratular com o público por um dos acontecimentos mais importantes da guerra ora em andamento ... neste momento. Buenos Aires passa a fazer parte do Império Britânico”. Em 27 de junho de 1806, as tropas britânicas tomaram Buenos Aires. Após menos de sete semanas elas sofreram uma derrota sangrenta e humilhante e foram expulsas. Em 3 de fevereiro de 1807, os ingleses tomaram Montevidéu e em 28 de junho do mesmo ano teve início uma segunda investida sobre Buenos Aires. Foi um total desastre. Com a retirada de Montevidéu em 9 de setembro de 1807, o curtíssimo império britânico no sul da América do Sul chegou a um fim inglório.
- 12 Havia de fato somente três postos avançados do Império Britânico na América Latina, os quais tinham tido suas origens nos séculos anteriores: Essequeibo, Demerara e Berbice na *costa selvagem* do norte da América do Sul, entre os rios Orinoco e Amazonas, tomados inicialmente dos holandeses, em 1796, formalmente cedidos à Grã-Bretanha por tratado em 1814-15 e unificados como colônia de Sua Majestade, denominada Guiana Britânica em 1831; as ilhas Falkland (ilhas Malvinas), a 300 milhas de distância do extremo sul da América do Sul (quase na Antártida), primeiramente ocupadas pelos ingleses (pelo menos as Falkland ocidentais) em 1765-74, ocupadas em 1833, depois da expulsão dos argentinos e declaradas como colônia de Sua Majestade em 1841; e o povoado de Belisa, na costa caribenha da América Central, onde os lenhadores britânicos tinham se estabelecido em meados do século XVII, expandindo para o dobro a área da antiga concessão espanhola durante a primeira metade do século XIX. Em 1862 tornou-se colônia da Coroa e foi chamada de Honduras Britânicas.
- 13 C.R. Fray, *Imperial economy and its place in the foundations of economic doctrine, 1600-1932*. Oxford, 1934.
- 14 H.S. Ferns, *Britain informal empire in Argentina, 1806-1914. Past and Present*, 1953.
- 15 J. Gallagher & R.E. Robinson, *The imperialism of free trade. Economic History Review*, 1953.
- 16 A obra clássica que explica tal procedimento é *Foreign intervention in the rio de la Plata, 1838-50*, de John F. Cady, Filadélfia, 1929. Consulte também H.S. Ferns. *Britain and Argentina in the nineteenth century*, Oxford, 1960, cap. 9.

- 17 Consulte Leslie Bethell, *The abolition of the Brazilian slave trade. Britain, Brazil and the slave trade question, 1807-1869*. Cambridge, 1970.
- 18 Na verdade, mais de um ano antes da deflagração da Guerra do Paraguai, o Brasil havia cortado todas as relações diplomáticas com a Inglaterra, como consequência do chamado *caso Christie* (cujo nome se deriva de William D. Christie, o ministro britânico no Rio de Janeiro a partir de 1860), que culminou com um bloqueio naval britânico de seis dias ao Brasil (dezembro de 1862-janeiro de 1863).
- 19 De longe o melhor, teoricamente o único, estudo sobre as relações britânicas com o Paraguai no período que vai até 1870, embora seja só um pequeno artigo, é o trabalho de E.N. Tate, cit., p. 4.
- 20 *The British in Paraguay*, de Josefina Pla, Oxford, 1976.
- 21 Tate, cit., p. 53-54.
- 22 Consulte Diego Abente, *The War of the Triple Alliance: three explanatory models, Latin American Research Review*, v. 22, n. 2, 1987, p. 57, quadros 3 e 4.
- 23 Tate, cit., p. 54-56.
- 24 Sobre os contatos do governo brasileiro com firmas inglesas para o suprimento de armas, consulte Fornos Peñalba, na obra citada, apêndice XV. Este é um tópico que deveria ser muito mais pesquisado.
- 25 Tate, cit., p. 62-63.
- 26 Fornos Peñalba, cit., p. viii e 109.
- 27 Philip Zeigler, *The sixth great power, Barings 1762-1929*. Londres, 1988, p. 234.
- 28 Carlos Marichal, *A century of debt crises in Latin America: from independence to the great depression, 1820-1929*. Princeton, 1989, p. 92-93.
- 29 Abente, cit., p. 57.
- 30 Sir Richard Burton, *Explorations of the highlands of Brazil*, 2 v., 1869.
- 31 Idem, *Letters from the Battlefields of Paraguay*, Londres, 1870, p. vii.

Leslie Bethell, historiador e pesquisador de Oxford, é professor emérito de História da América Latina na Universidade de Londres.

Texto apresentado no *Colóquio Guerra do Paraguai – 130 anos*, realizado em 25 de novembro de 1994, no Rio de Janeiro. O evento foi promovido pela Biblioteca Nacional, com o apoio da Fundação Roberto Marinho e do Banco Real.